

Advocacy para a Rede pelo Clima na Baixada Santista

Pedro Telles

Olá!

Pedro Telles

Diretor do D-Hub

Co-fundador do Advocacy Hub, da Quid e do Engajamundo

Professor da FGV

Ex-Greenpeace, Luminate, ALESP, Oxfam, Purpose, Bancada Ativista e outros

Senior Fellow na London School of Economics (LSE)

Mestre em Development Studies

Pós-graduado em Economia e em Ciência Política

Graduado em Comunicação Social

Agenda do dia

- Teoria de mudança
- Definição de objetivo e estratégia
- Ferramentas para elaboração da estratégia
- Incidência no Legislativo, no Executivo e em Organismos Internacionais
- Como construir relações
- Negociações
- Gestão de risco, monitoramento e avaliação
- Perguntas e respostas

O que é advocacy?

**O conceito ainda está em construção
(e em disputa) no Brasil**

Definição do Advocacy Hub:

Advocacy é o uso estratégico de um conjunto de ferramentas para a defesa de causas de interesse público, de forma transparente, por meio de participação política sistemática e mobilização social organizada

Teoria de Mudança, Objetivo e Estratégia

Teoria de Mudança

- ▣ Antecede o desenho do plano de advocacy
- ▣ Responde às seguintes perguntas:
 - ▣ Em qual tema quero atuar na minha organização, programa ou projeto?
 - ▣ Qual problema quero resolver, e por que ele é relevante?
 - ▣ O que precisa acontecer para esse problema ser resolvido de forma estrutural?
 - ▣ Que papel assumo no contexto desse problema?
 - E que papel não assumo, mas é importante ter parceiros que assumam?

6 papéis no advocacy

Colaboração
com tomadores de decisão

Persuasão direta
via diálogo

Construção de base de apoio
da população em geral ou
de atores influentes

Pressão de rua
Protestos, boicotes, ações diretas...

Litígio
Buscar o Sistema de Justiça

Produção de conhecimento
para embasar o trabalho de incidência

Teoria de Mudança

- ▣ A teoria de mudança de um projeto deve estar alinhada à do programa, que por sua vez deve estar alinhada à da organização
 - ▣ É importante olhar para os três níveis, e também é importante garantir integração
- ▣ Faça um bom recorte: é a teoria de mudança que vai te ajudar a definir o que priorizar

Teoria de Mudança - Exemplos

- ▣ Nível Institucional
 - ▣ Tema: Meio ambiente, com foco em pautas globais e prioridade para clima
 - ▣ Problema a resolver: Mudança em políticas públicas e privadas de grande impacto, a nível nacional e global, com foco em mitigação
 - ▣ O que precisa acontecer: Influenciar grandes tomadores de decisão no governo e em empresas a implementar políticas que tenham efeito sistêmico
 - ▣ Papel assumido: Produção de conhecimento, persuasão direta e colaboração

Teoria de Mudança - Exemplos

- ▣ Nível do Programa
 - ▣ Tema: Florestas
 - ▣ Problema a resolver: Zerar o desmatamento
 - ▣ O que precisa acontecer: Fortalecimento da legislação, da fiscalização e de compromissos de grandes empresas
 - ▣ Papel assumido: Expor a realidade do desmatamento, atuar junto ao Executivo e Legislativo federais por melhores políticas, construir acordos envolvendo setor público e privado

Teoria de Mudança - Exemplos

- ▣ Nível do Projeto
 - ▣ Tema: Projeto de Lei pelo Desmatamento Zero
 - ▣ Problema a resolver: Aprovar Projeto de Lei
 - ▣ O que precisa acontecer: Comprovação da relevância e viabilidade, forte trabalho junto ao poder legislativo, forte pressão pública
 - ▣ Papel assumido: Liderar construção de coalizão, produzir estudos, contribuir na redação do projeto de lei, contribuir na realização de diálogos com mandatos

Dúvidas?

Objetivo

- ▣ Você quer convencer quem, a fazer o que, quando?
- ▣ Objetivo SMART:
 - ▣ Specific (Específico)
 - ▣ Measurable (Mensurável)
 - ▣ Achievable (Atingível)
 - ▣ Relevant (Relevante)
 - ▣ Time-bound (Com prazo definido)
- ▣ Às vezes mudanças maiores exigem o cumprimento encadeado de objetivos menores

Objetivo

Exemplo ruim

Quero uma cidade cheia de hortas comunitárias.

Exemplo SMART

Quero convencer a Secretaria do Verde do Meio Ambiente a criar um programa de implantação e manutenção de hortas comunitárias, e dedicar recursos do orçamento do próximo ano para isso.

Objetivo

Exemplo ruim

Quero acabar com a corrupção.

Exemplo SMART

Na próxima reforma eleitoral, quero convencer 4 senadores e 9 deputados a mudar de ideia e apoiar um projeto de lei que ampliará a transparência nas doações e gastos de campanhas eleitorais.

Exercício

Individualmente, escreva no formato SMART um objetivo para o trabalho de incidência da Rede pelo Clima em políticas públicas.

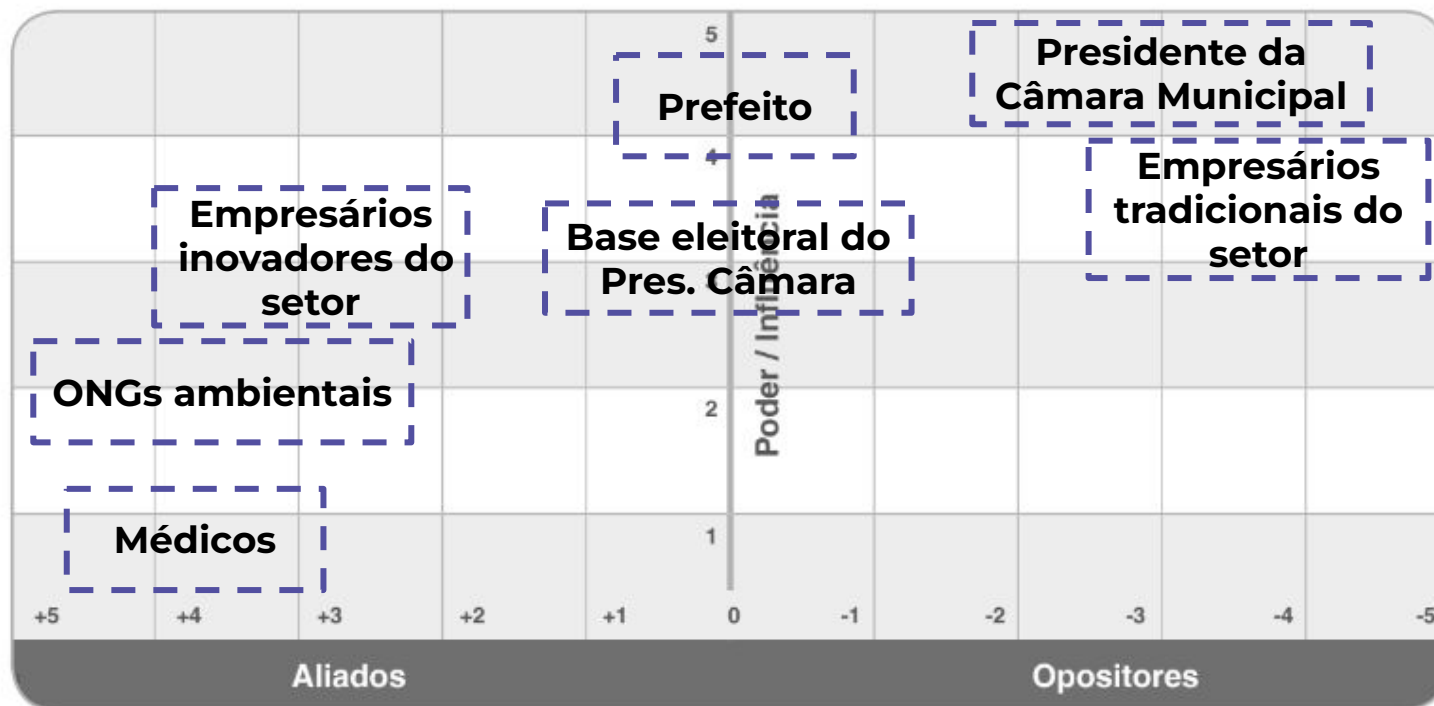
Depois compartilharemos um par de exemplos em plenária.

5min

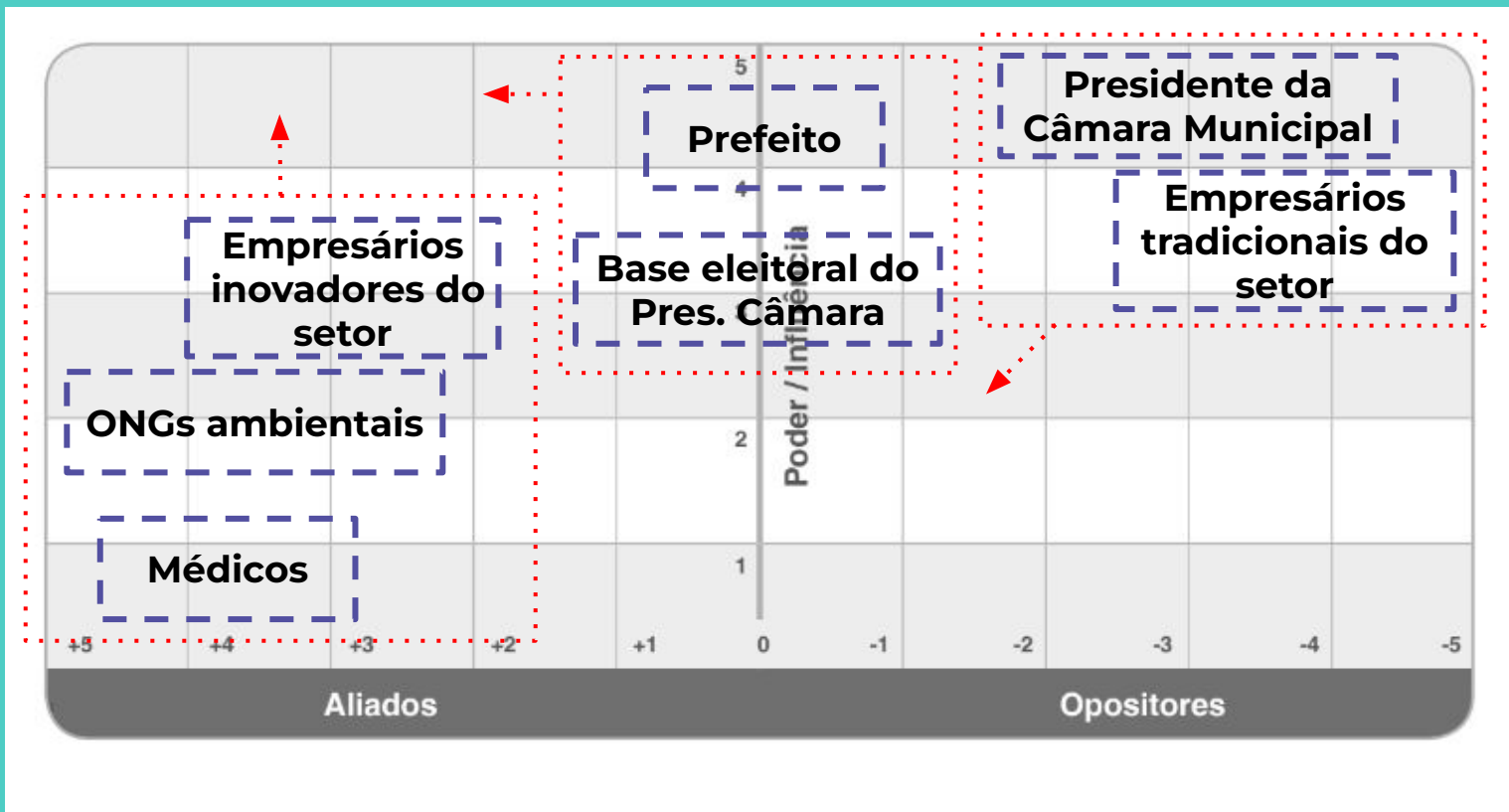
Estratégia

- Quais tomadores de decisão você precisa influenciar?
- Quais atores e processos você precisa mover para influenciá-los?
- Que tipo de trabalho te ajudaria a alcançar esses atores?
 - E que parte desse trabalho está ou não está ao seu alcance?
- Quem pode te ajudar nessa missão?
 - E quem vai te atrapalhar?

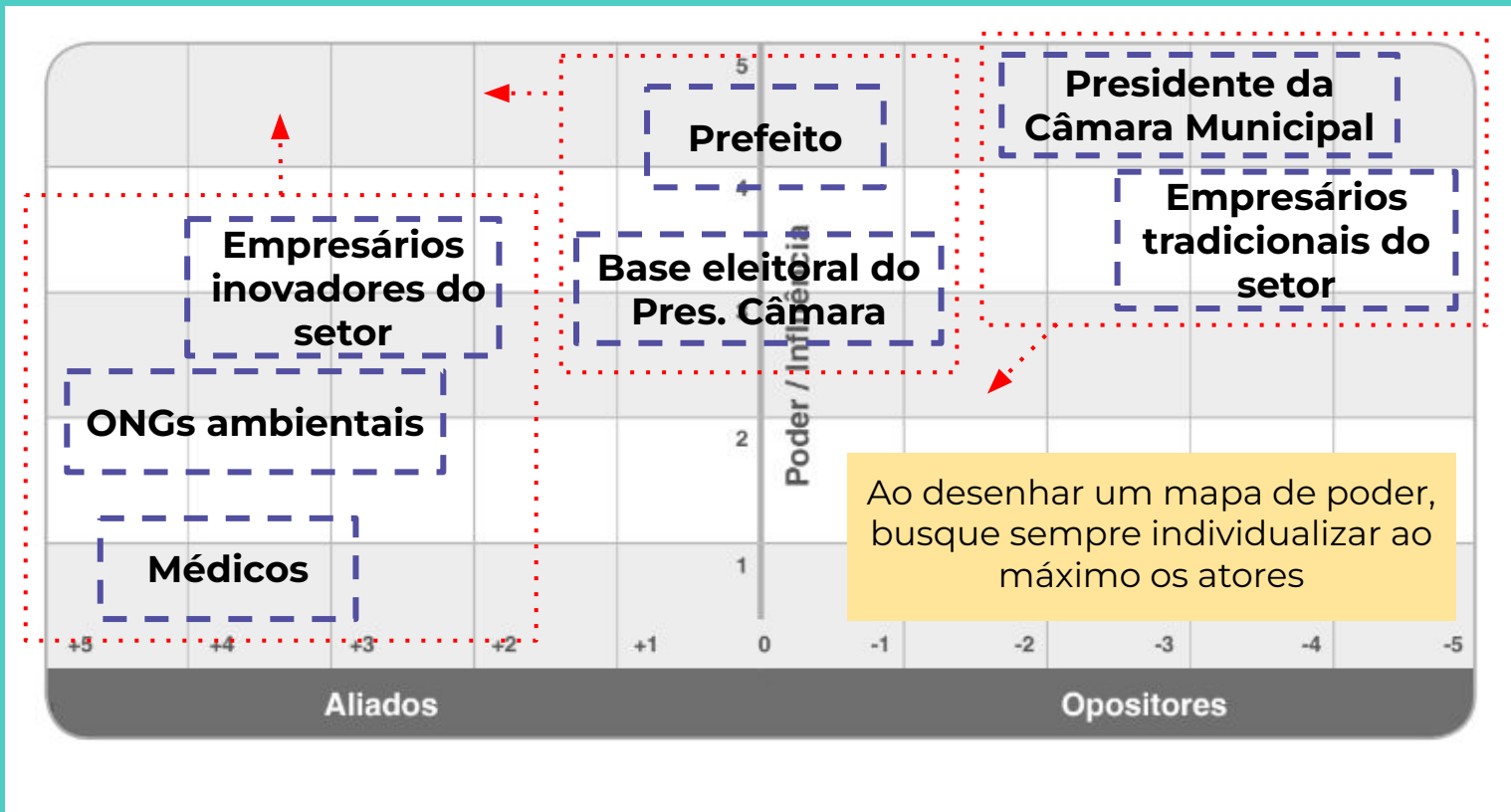
Mapa de poder



Mapa de poder



Mapa de poder



Mapa de processo decisório

Essencial saber como o jogo é jogado, mesmo se a sua intenção for subvertê-lo:

- Quem decide?
- Como decide?
- Quando decide?
- Quais espaços de participação existem?

Tenha em mente que sua estratégia pode envolver múltiplas etapas de tomada de decisão

Quais normas (leis, decretos, regimentos) definem as regras, as etapas e os procedimentos do processo decisório da política pública objeto da sua estratégia?	
Quais as etapas formais previstas para o processo decisório?	
Quais as etapas informais previstas para o processo decisório?	
Há prazos para a tramitação da política pública em cada uma dessas etapas (prazos definidos nas normas ou prazos esperados)? Se sim, quais são?	
Quem são os tomadores de decisão em cada uma dessas etapas?	
Como ocorre o processo decisório em cada uma dessas etapas (votação, decisão individual, etc.)?	
Há espaços e instrumentos formais de participação da sociedade em alguma dessas etapas? Se afirmativo, quais são eles (por exemplo, audiências e consultas públicas, conselhos participativos, etc.)?	
Esses espaços e instrumentos têm potencial para influenciar o processo decisório? Em que medida?	

Mapa de fatores críticos para o sucesso

Relações-chave a construir Atores que aparecem no mapa de poder com quem precisamos construir relação		
Quem	Papel que desempenha	Como construir relação

Eventos externos de alta relevância Ocasões em que decisões importantes serão tomadas ou que abrem janelas de persuasão extraordinárias		
O quê	Por que é relevante	Data

Recursos indispensáveis a adquirir Equipe, ferramentas, informações ou outros recursos indispensáveis para o sucesso da estratégia		
O quê	Por que é relevante	Como obter

Mapa de fatores críticos para o sucesso

Relações-chave a construir Atores que aparecem no mapa de poder com quem precisamos construir relação		
Quem	Papel que desempenha	Como construir relação
Secretário X no Ministério da Fazenda	Responsável pelo tema no ministério	Diretor Y da secretaria, com quem temos boa relação, pode fazer a ponte
Diretor de Políticas Públicas da associação empresarial A	Principal negociador do setor privado	Ex-funcionário B que trabalha com políticas públicas em uma empresa que faz parte da associação
Eventos externos de alta relevância Ocasões em que decisões importantes serão tomadas ou que abrem janelas de persuasão extraordinárias		
O quê	Por que é relevante	Data
Data de lançamento do próximo Plano Safra	Porque se não atingirmos nosso objetivo antes, a próxima janela de oportunidade será só no ano seguinte	Junho/2024
COP 28	Oportunidade de pautar o debate na mídia e diante de atores-chave no governo	30/Nov-12/Dez/2023
Recursos indispensáveis a adquirir Equipe, ferramentas, informações ou outros recursos indispensáveis para o sucesso da estratégia		
O quê	Por que é relevante	Como obter
Consultor/a com grande experiência no Ministério da Fazenda	Precisamos aprender a navegar melhor os atores e as burocracias do ministério	Pedir indicações para A, B e C
Relatório diagnóstico da realidade do problema olhando em profundidade para X, Y e Z	Hoje nos faltam esses dados para apresentar uma proposta verdadeiramente robusta	Contratar novamente pesquisadora que já fez trabalho parecido para nós no passado

Estratégia

- ▣ O trabalho em advocacy é mais efetivo se a organização tem uma postura proativa:
 - ▣ Construção de objetivos e estratégias a partir de análise aprofundada da realidade, e não somente a partir de demandas externas ou oportunidades pontuais
 - Mudanças estruturais normalmente exigem que você pautado ao invés de ser pautado

Estratégia

- ▣ O trabalho em advocacy é mais efetivo se a organização tem uma postura proativa:
 - ▣ Entendimento de que, se existe um espaço para você trabalhar, provavelmente é porque alguém ajudou a abrir - e atuar conscientemente em parceria com quem faz isso potencializa o trabalho de todos
 - ▣ Constante atenção a mudanças no contexto que tragam novas oportunidades e ameaças
 - E capacidade de reagir rapidamente a essas mudanças

Como organizar o trabalho

- ▣ Cada organização tem suas peculiaridades, mas alguns princípios ajudam:
 - ▣ Espaço de encontro e troca regular entre diferentes profissionais que fazem advocacy na organização
 - ▣ Existência de um/a profissional responsável por acompanhar os trabalhos de todas as frentes de advocacy
 - ▣ Presença frequente e disciplinada em BSB e nas capitais de estados onde houver atuação
 - ▣ Alinhamento de discurso sobre estratégia e posicionamentos institucionais
 - ▣ Atenção à possibilidade de diferentes membros da equipe estarem falando com as mesmas pessoas

Parcerias e Coalizões

Como organizações e movimentos se juntam para atuar em parceria ou coalizão?

Trabalhos em parceria ou coalizão sempre se organizam em torno de 6 dimensões estratégicas, e tomar decisões conscientes a respeito delas faz toda a diferença

Pauta

- ▣ **Setorial:** associações de classe, profissionais ou de grupos específicos da sociedade (Ex.: CUT, CNI, Via Campesina)
- ▣ **Temática:** focadas em um tema ou problema (Ex.: Coalizão Direitos na Rede, Observatório do Clima, Pacto pela Democracia)
- ▣ **Natureza mista:** atuação interseccional, com perfil setorial e temático simultaneamente (Ex.: Coalizão Negra por Direitos)

Perspectiva de atuação

- ▣ **Longo prazo:** grupos que se unem para incidir de forma permanente e em torno de diferentes questões relacionadas à sua pauta
 - ▣ Exige governança mais robusta, mais recursos, e maior nível de confiança - e favorece incidência estrutural
- ▣ **Curto prazo:** grupos que se unem para incidir em torno de um problema específico
 - ▣ Exige maior agilidade de articulação e maior capacidade de lidar com instabilidade e volatilidade do grupo

Atenção: Clareza com relação a perspectiva de atuação é determinante para outros acordos e decisões

Estrutura

- ▣ **Formal:** estabelecimento de pessoa jurídica, governança clara e equipe dedicada
 - ▣ Facilita captação e gestão de recursos, demanda trabalho burocrático e construção de governança cuidadosa
- ▣ **Informal:** funcionamento como rede ou como espaço de encontro
 - ▣ Exige menor compromisso e trabalho burocrático, tem menos estrutura e estabilidade

Critérios para participação

- **Espaço aberto:** qualquer organização/movimento atuante na pauta pode participar
- **Espaço fechado:** só organizações/movimentos convidados ou que atendam a determinados critérios podem participar

Governança

- ▣ **Horizontal:** Todos os membros têm formalmente os mesmos poderes e responsabilidades
- ▣ **Vertical:** Existe uma Secretaria Executiva e/ou grupo de coordenação definidos, concentrando poderes de gestão e/ou tomada de decisão
 - ▣ Importante: Sempre há tendência de concentração de poder, então mesmo em modelos horizontais uma governança nítida para lidar com isso faz toda a diferença

Opção indesejada, mas comum: Caos

Identidade

- ▣ **Identidade comum como prioridade:** Estratégia de comunicação e incidência centrada em marca e materiais compartilhados
 - ▣ Mais comum em coalizões setoriais
- ▣ **Identidade comum usada em momentos específicos:** Coalizão tem cara pública, marca e materiais compartilhados são usados em momentos específicos, mas individualidade dos membros também tem grande relevância
 - ▣ Mais comum em coalizões temáticas
- ▣ **Ausência de identidade comum:** Esforços de coordenação acontecem nos bastidores, e coalizão não tem cara pública

Escolha relacionada a isso tem grande impacto na comunicação e nos esforços de articulação



Cada situação pede uma estratégia diferente

Foco no Executivo ou Legislativo? Atuar via redes/coalizões que já existem ou criar uma nova? Qual é o momento certo para intervir? A resposta sempre depende do caso!

Dúvidas?

Legislativo e Executivo



Competências de cada nível de governo

- ▣ Competências em grande parte divididas de forma clara entre os níveis Federal, Estadual e Municipal
 - ▣ Art. 20 a 31 da CF apresentam linhas gerais
 - ▣ Em caso de conflito, nível federal sempre fala mais alto
 - Geralmente, federal estabelece normas gerais e estados suplementam
 - ▣ Maioria dos temas fica mais concentrada em níveis específicos, por exemplo:
 - Ordenamento urbano no Municipal
 - Segurança pública no Estadual
 - Direitos trabalhistas e pautas de costumes (direitos sexuais e reprodutivos, drogas, ...) no Federal
 - ▣ PORÉM: Meio ambiente é tema com bolas divididas

Competências de cada nível de governo



Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico; [\(Vide Lei nº 13.874, de 2019\)](#)

II - orçamento;

III - juntas comerciais;

IV - custas dos serviços forenses;


V - produção e consumo;

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

Competências de cada nível de governo

 Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência; [\(Vide ADPF 672\)](#)

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

~~V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;~~

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação; [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de :](#)

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;

VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico; [\(Vide ADPF 672\)](#)

X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;

XII - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

~~Parágrafo único. Lei complementar fixará normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desen~~

Competências de cada nível de governo

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

II - desapropriação;

III - requisições civis e militares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra;

IV - águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão;

V - serviço postal;

VI - sistema monetário e de medidas, títulos e garantias dos metais;

VII - política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores;

VIII - comércio exterior e interestadual;

IX - diretrizes da política nacional de transportes;

X - regime dos portos, navegação lacustre, fluvial, marítima, aérea e aeroespacial;

XI - trânsito e transporte;

XII - jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia;

XIII - nacionalidade, cidadania e naturalização;

XIV - populações indígenas;

Competências de cada nível de governo

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

Competências de cada nível de governo

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber; [\(Vide ADPF 672\)](#)

III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

IV - criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;

V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

~~VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental;~~

VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental; [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53\)](#)

VII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;

VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.



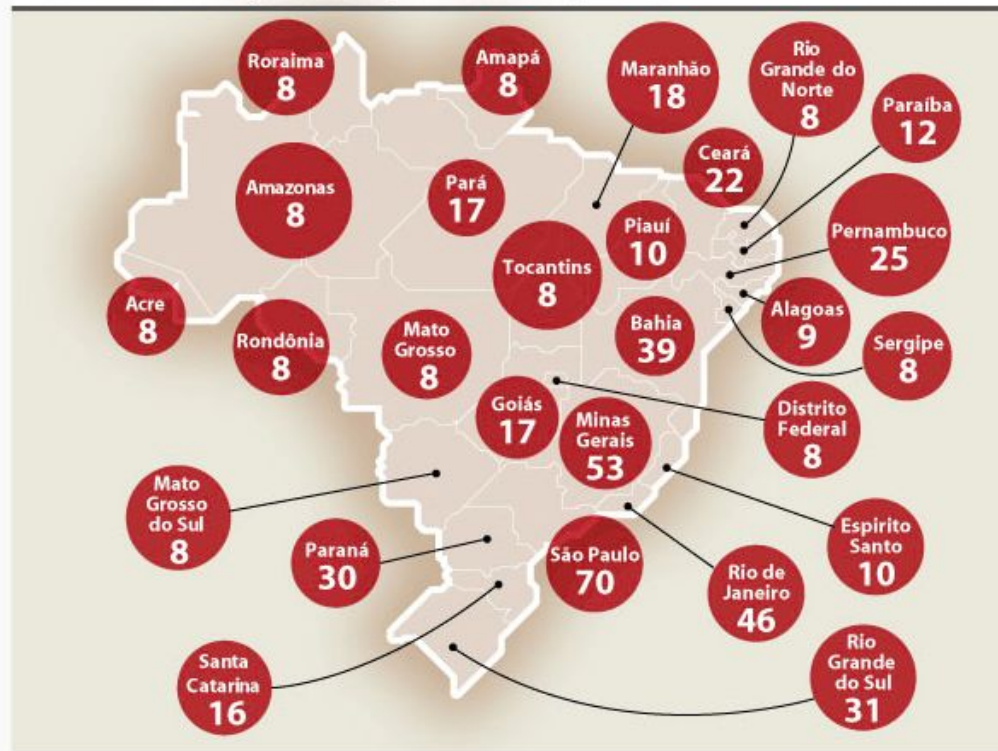
Entender de verdade como funciona o Legislativo faz toda a diferença

Conhecer os detalhes é muito relevante até para conversas com parlamentares aliados e suas equipes

Estrutura geral do Poder Legislativo

- ▣ Principais funções: legislar e fiscalizar
- ▣ 3 níveis:
 - ▣ Federal
 - Câmara dos Deputados (513 deputados)
 - Senado (81 senadores)
 - ▣ Estadual
 - Assembleias Legislativas (em SP: 94 deputados)
 - ▣ Municipal
 - Câmaras Municipais (em SP: 55 vereadores)

Número de deputados por estado e pelo DF



Já o número de senadores é nivelado:
3 por cada estado e pelo DF

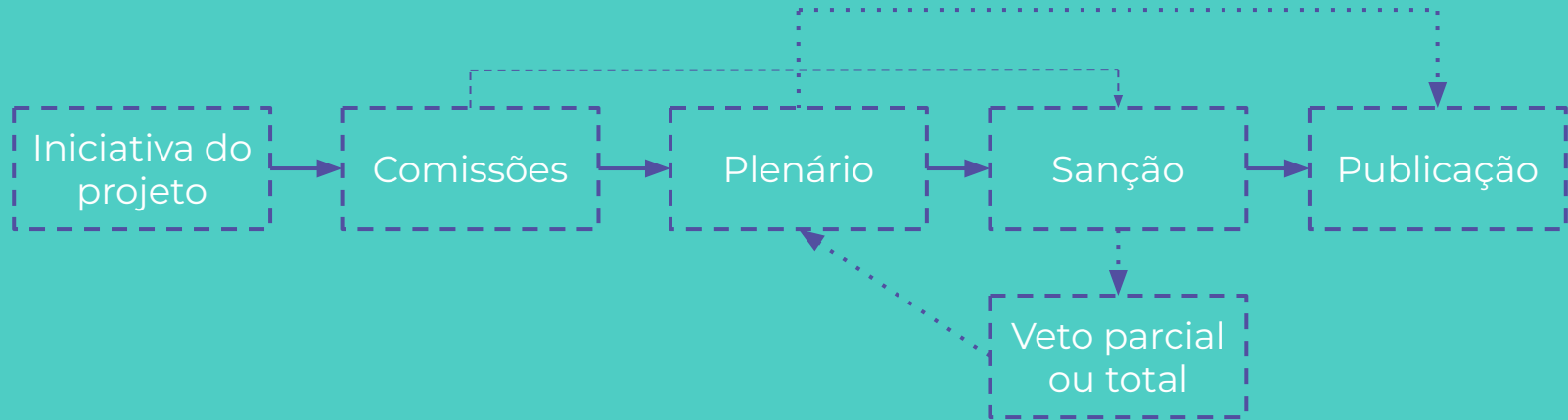
Tipos de projetos

- ▣ Projeto de Lei Ordinária (PL)
- ▣ Projeto de Emenda à Constituição (PEC)
- ▣ Projeto de Lei Complementar (PLP)
 - ▣ Regulam matérias em que a Constituição Federal expressamente exige este tipo de proposição
- ▣ Projeto de Decreto Legislativo (PDL)
 - ▣ Normatizam matérias com efeitos externos às Casas Legislativas (ex.: aprovar tratados, declaração de guerra, reverter decretos presidenciais)
- ▣ Projeto de Resolução
 - ▣ Normatizam matérias com efeitos internos às Casas Legislativas (ex.: regimento, cargos, abertura de processo contra o presidente)
- ▣ Medida Provisória
 - ▣ Força de lei, mas publicada pelo presidente - prazo de até 120 dias, precisa ser aprovada por parlamentares em até 45 dias

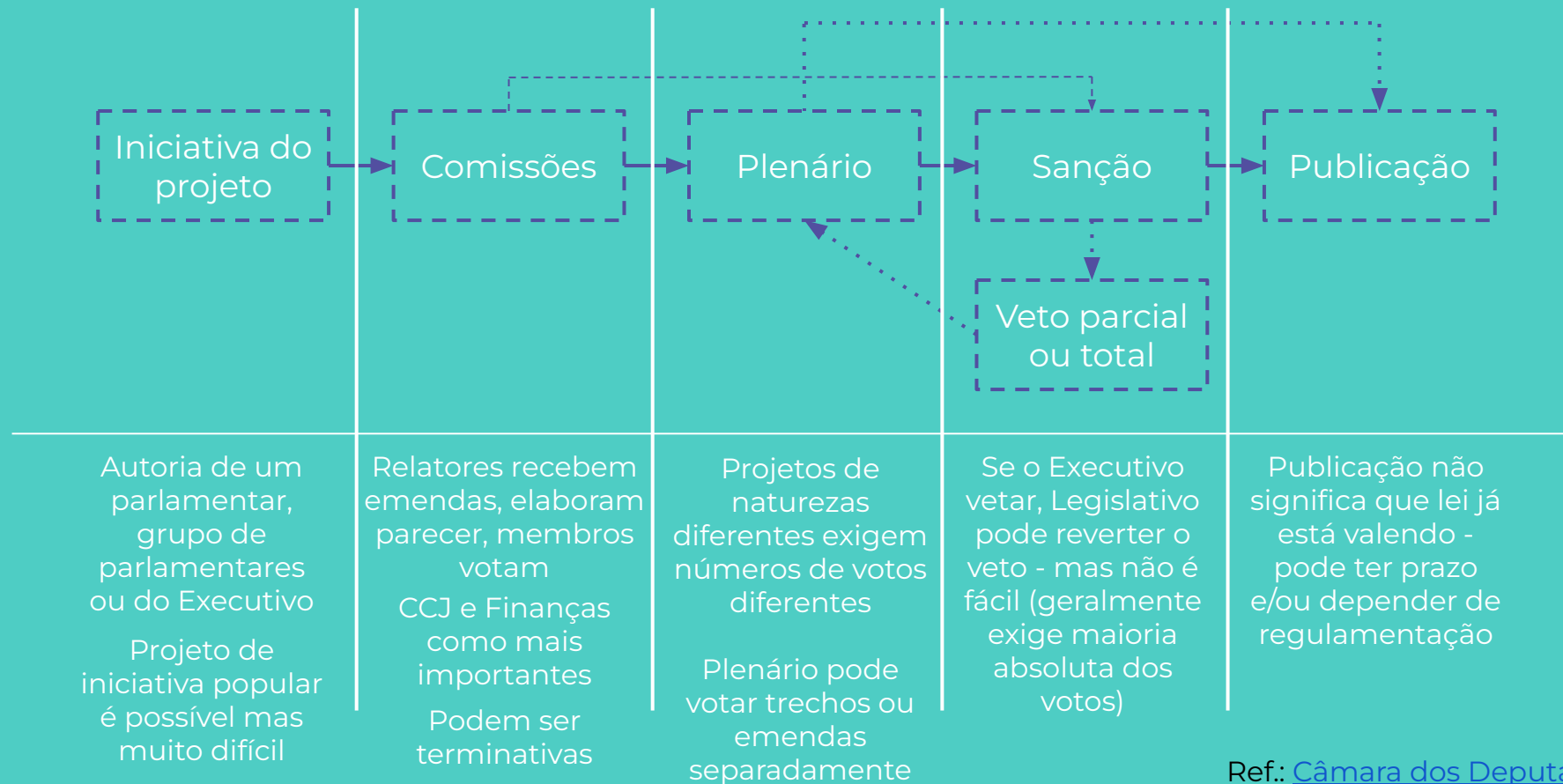
Tipos de projetos

- ▣ Número de votos para aprovação varia
 - ▣ PEC: 3/5 dos votos totais de cada casa
 - ▣ PL: 1/2 dos votos presentes, com quórum mínimo de 1/2 da casa
- ▣ Detalhes nos textos dos projetos podem fazer toda a diferença
 - ▣ Exemplos:
 - Presidente pode vetar artigos, mas não uma parte de um artigo
 - Um texto com boa determinação de resultado a ser atingido mas que não define responsável ou sanção não serve para nada
- ▣ Tão importante quanto projetos são as emendas a projetos

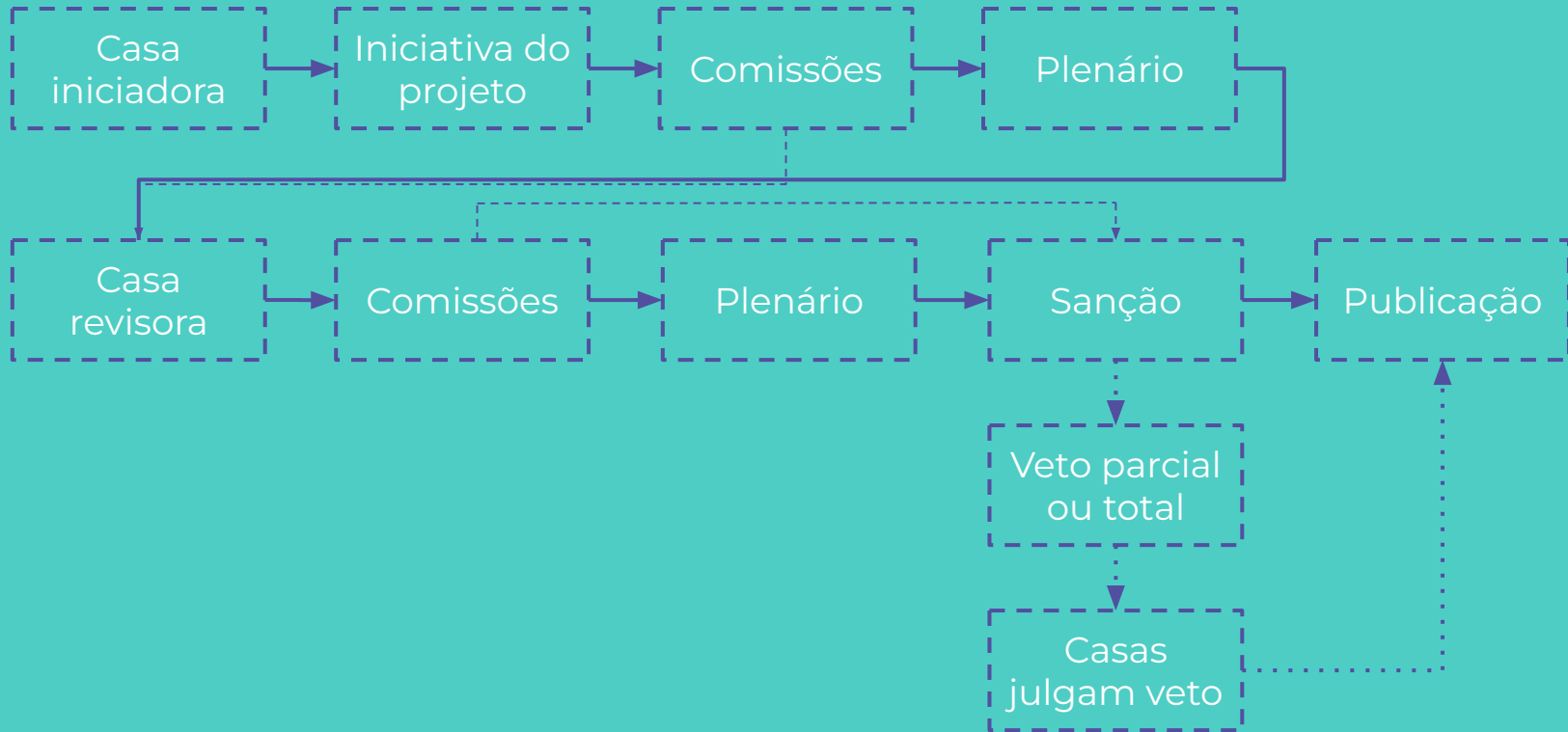
Processo legislativo - Municipal e Estadual



Processo legislativo - Municipal e Estadual



Processo legislativo - Federal



Processo legislativo - Federal

Comissões Permanentes Presidentes e Vices-Presidentes em Exercício

Esporte - CESPO	Luiz Lima PL-RJ	1º Vice-Presidente	Mauricio do Vôlei (PL-MG) [4]
		2º Vice-Presidente	Nely Aquino (PODE-MG) [9]
		3º Vice-Presidente	Bandeira de Mello (PSB-RJ) [4]
Finanças e Tributação - CFT	Paulo Guedes PT-MG	1º Vice-Presidente	Merlong Solano (PT-PI) [7]
		2º Vice-Presidente	-
		3º Vice-Presidente	-
Fiscalização Financeira e Controle - CFFC	Bia Kicis PL-DF	1º Vice-Presidente	Alexandre Leite (UNIAO-SP) [7]
		2º Vice-Presidente	André Fernandes (PL-CE) [9]
		3º Vice-Presidente	-
Indústria, Comércio e Serviços - CICS	Heitor Schuch PSB-RS [1]	1º Vice-Presidente	Lucas Ramos (PSB-PE) [15]
		2º Vice-Presidente	Mersinho Lucena (PP-PB) [6]
		3º Vice-Presidente	Sonize Barbosa (PL-AP) [6]
Integração Nacional e Desenvolvimento Regional - CINDRE	Padovani UNIÃO-PR [17]	1º Vice-Presidente	-
		2º Vice-Presidente	Daniel Agrobom (PL-GO) [9]
		3º Vice-Presidente	Josenildo (PDT-AP) [9]
Legislação Participativa - CLP	Zé Silva SOLIDARI-MG	1º Vice-Presidente	Professora Goreth (PDT-AP) [14]
		2º Vice-Presidente	Rosângela Reis (PL-MG) [14]
		3º Vice-Presidente	Luiza Erundina (PSOL-SP) [14]
Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CMADS	José Priante MDB-PA	1º Vice-Presidente	Carlos Gomes (REPUBLIC-RS) [5]
		2º Vice-Presidente	-
		3º Vice-Presidente	Lebrão (UNIÃO-RO) [5]
Minas e Energia - CME	Rodrigo de Castro UNIÃO-MG	1º Vice-Presidente	Joaquim Passarinho (PL-PA) [4]
		2º Vice-Presidente	Geraldo Mendes (UNIÃO-PR) [4]
		3º Vice-Presidente	Gabriel Nunes (PSD-BA) [4]

**Como pesquisar projetos em tramitação?
Nos sites das casas legislativas!**

[Câmara dos Deputados](#)

[Senado](#)

[Assembleia Estadual de SP](#)

[Aplicativo da Câmara Municipal de Santos](#)

Soluções de IA começam a surgir, como a [LegislaTECH](#)

Processo legislativo

- ▣ Tempo de tramitação em cada comissão no Congresso:
 - Regime de tramitação ordinária: 40 sessões
 - Regime de prioridade: 10 sessões
 - Projetos que não venham de parlamentares OU
 - Apoio de 10% dos deputados
 - Regime de urgência: 5 sessões
 - Projetos do presidente OU
 - Temas relacionados a guerra OU
 - Apoio de maioria simples dos parlamentares da casa
 - Regime de urgência urgentíssima: votação na mesma sessão
 - Apoio de maioria absoluta dos parlamentares da casa

Processo legislativo

- ▣ Atores importantes:
 - ▣ Presidente da casa: Grande poder sobre a tramitação e votação de projetos
 - ▣ Presidentes das Comissões: Grande poder sobre a tramitação na sua comissão
 - ▣ Relatores: Grande poder sobre emendas ao texto e aprovação
 - ▣ Líderes dos partidos, do governo, da maioria e da minoria: Grande poder sobre votos dos parlamentares de seus partidos e aliados
 - Se reúnem no Colégio de Líderes, importante espaço de negociação

Processo legislativo

- ▣ Cerca de 20%* dos parlamentares de uma casa realmente têm o poder de pautar e aprovar algo
 - ▣ *Estimativa sem base científica, construída a partir conversas com pessoas que trabalham em casas legislativas
- ▣ Tema particularmente importante: Orçamento
 - ▣ Emendas parlamentares ao orçamento como grande moeda de troca e forma de apoio às bases

Processo legislativo

- ▣ Exemplos de manobras na tramitação:
 - ▣ Pedido de vista sem devolução por membro de Comissão
 - ▣ Recusa ou demora do Presidente a pautar um projeto
 - ▣ Pedido de tempo de fala para atrasar votação
 - ▣ Pedido de voto nominal para constranger votantes
 - ▣ Esvaziamento de quórum para impedir votação
 - ▣ “Votação surpresa” pautada pelo Presidente sem aviso prévio ou em horários pouco convencionais

- ▣ “Aqueles favoráveis fiquem como estão”

Processo legislativo

- ▣ Regras não-escritas também têm enorme importância
 - ▣ Exemplos:
 - Processo de aprovação de projetos garantindo “1 por ano”
 - Veto por retaliação do Executivo
 - Toma-lá-dá-cá tradicional entre parlamentares
- ▣ Depois da publicação, há a regulamentação
 - ▣ Vem do Executivo, e define detalhes de implementação de um projeto



Os regimentos internos são muito importantes

Cada casa legislativa funciona de um jeito, e os detalhes são bem relevantes - tenha perto de você alguém que entende bem

Para além da aprovação de leis

- ▣ Parlamentares podem fazer muito mais:
 - ▣ Frentes Parlamentares
 - ▣ Requerimentos
 - ▣ CPIs
 - ▣ Visitas oficiais
 - ▣ Audiências Públicas e outros eventos
 - ▣ Indicações e Moções
 - ▣ Litígio
 - ▣ Aprovação do orçamento + Indicações ao Orçamento
 - ▣ Trabalho com a mídia e redes sociais

Exercício

Quem aqui já participou de esforços para aprovar (ou barrar) um PL e gostaria de compartilhar a experiência?

Dúvidas?

Advocacy no Executivo é mais simples na teoria, mas envolve atores mais difíceis de acessar

Basta convencer uma pessoa, mas essa pessoa provavelmente está distante de você e/ou é disputada por bastante gente

A quem o Executivo serve?

- ▣ Raramente é possível agradar todo mundo
 - ▣ Membros do Executivo trabalham para todos - mas frequentemente é inevitável desagradar alguém

- ▣ Ao fazer advocacy, pense: por quê o prefeito/governador/presidente deveria te priorizar?
 - ▣ Deve ver grande benefício em fazer isso, ou grandes custos caso não faça

Estrutura geral do Poder Executivo

- ▣ Principais funções: administração do Estado (orçamento!), sanção e execução das leis
- ▣ Três níveis:
 - ▣ Federal (presidente)
 - ▣ Estadual (governadores)
 - ▣ Municipal (prefeitos) - mais de 5 mil prefeitos!
- ▣ Papel das Secretarias e Diretorias dos ministérios é crucial

Estrutura geral do Poder Executivo

- Poder Executivo tem mais agilidade, recursos e gera impacto direto - mas suas medidas são mais efêmeras
- Sucesso de uma política não basta para garantir sua continuidade entre governos: além de ser bem-sucedida, o custo político de acabar com a política precisa ser alto
 - Especialmente importante ficar atento em transições de governo

Estrutura geral do Poder Executivo

- Nível federal concentra mais recursos e tem a responsabilidade de redistribuir - o que gera disputas dos mais diversos tipos
- Por serem mais fracos, Prefeitos e Governadores frequentemente se organizam em grupos para negociar

Fórum dos Governadores tenta compra direta com a Pfizer para vacinar crianças de 5 a 11 anos

Coordenador do fórum, o governador do Piauí disse que tem dialogado com o representante da Pfizer no país para fazer um contrato paralelo ao realizado com o Ministério da Saúde.

Por Caroline Oliveira, g1 PI

20/12/2021 09h47 · Atualizado há 2 meses



Frente de prefeitos diz que reajuste para professores é 'impraticável'

"O reajuste para esse índice [de 33,24%] tem um impacto gigantesco e algumas prefeituras, além do impacto na folha de pagamento, podem sofrer dificuldades na Previdência. Para cada 10% de aumento na folha dessas cidades, por exemplo, existe um aumento de 30% na previdência", diz o prefeito de Aracaju (SE), Edvaldo Nogueira (PDT), presidente da Frente Nacional dos Prefeitos.

Presidencialismo de Coalizão

- Executivo depende bastante do Legislativo para conseguir fazer o que quer - e, por isso, precisa negociar
- Equilíbrio entre pragmatismo e coerência está no centro das decisões de um governante - e também precisa estar no centro das decisões de quem faz advocacy
 - Que parte das minhas demandas topo ceder?
 - Que parte dos meus valores aceito que não sejam respeitados?

Conselhos e espaços participativos

- ▣ Vale a pena participar?
 - ▣ Só se você tiver um objetivo estratégico claro, porque é fácil ser perda de tempo ou chancela a ideias de terceiros
 - ▣ Exemplos de participação estratégica:
 - Conselhos com poder deliberativo sobre temas relevantes para a organização
 - Conselhos que te permitam abrir canais de diálogo e confiança com atores de grande relevância
 - Processos participativos onde haja grande chance da sua proposta ter lugar de destaque em relatório final
 - ▣ Se for para participar, defina um objetivo específico e relevante, e dê total foco a ele

Mapeando o perfil de um político

- ▣ Onde buscar informações:
 - ▣ Histórico profissional dentro e fora do governo
 - ▣ Histórico de proposições
 - ▣ Histórico de votações
 - ▣ Histórico de emendas parlamentares
 - ▣ Participação em comissões
 - ▣ Redes sociais
 - ▣ Material publicado na mídia
 - ▣ Telefonema para o gabinete
 - ▣ Conversas com outros parlamentares e assessores
 - ▣ Conversas com ONGs e movimentos que atuam no tema

Mapeando o perfil de um político

PERFIL DOS SENADORES INDECISOS SOBRE A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL



Antonio Anastasia – PSDB – MG

Senador do PSDB mineiro, ex-governador do estado e aliado próximo de Aécio Neves. Com graduação e mestrado em direito, se tornou professor universitário, além de exercer diversos cargos na gestão pública no estado de Minas Gerais. Ficou marcado pelos choques de gestão e pela relatoria do impeachment, já no senado. É considerado um formulador de teses jurídicas que embasam seu campo político.

Tipo de argumentação: por conta de sua formação e atuação acadêmica, pode ser mais sensível aos argumentos que ressaltam a inconstitucionalidade da medida. Vale ressaltar o artigo 228 como cláusula pétrea e lembrar entendimento do STF de que os direitos fundamentais não se restringem ao art. 5 da constituição, o que torna inconstitucional medida tendente a abolir direito fundamental.



Romero Jucá – PMDB – RR

Um dos principais articuladores do governo e responsável pelo grande pacto nacional, com supremo, com tudo. Em 2014 votou a favor da redução na CCJ do senado, em projeto do Aluysio Nunes Ferreira.

Tipo de argumentação: É preciso confirmar qual é a orientação do governo, porque dependendo disso o senador pode ser convencido a mudar seu voto ou pelo menos se abster.

Como construir relações

- Faça um bom mapeamento dos atores e de como vai a tramitação do tema que te interessa
- Busque dialogar com quem está fora do seu campo ideológico e além das suas relações próximas
- Sempre tenha objetivo e pauta bem definidos ao pedir uma reunião
- Mostre o que o político pode ganhar te ajudando

Como construir relações

- Construa relações não apenas com o político, mas com a sua assessoria
- Some forças com atores que têm outros lugares de fala
- Construa relações de mão dupla, onde você também oferece informação, acessos, ideias ou oportunidades interessantes
- Não encha o saco 🕊

Negociação está no centro de tudo

- ▣ Parlamentares e membros do Executivo precisam escolher quais brigas comprar
 - ▣ A maioria ganha poucas batalhas, e por isso não pode entrar com força em todas
 - ▣ É muito comum passarem a impressão de que vão te priorizar, mas não fazerem isso de fato
 - Ex.: Protocolar um PL não significa colocar energia em aprová-lo!
- ▣ Diálogo e cooperação entre atores de ideologias diferentes é mais comum que parece
 - ▣ Dialogar com atores de mais de um campo é essencial no advocacy

Negociação está no centro de tudo

- ▣ Produção legislativa e tramitação de projetos têm muito menos a ver com o ideal democrático, e muito mais a ver com *realpolitik*
- ▣ Pressão da sociedade civil nas ruas e no corpo-a-corpo faz toda a diferença
 - ▣ No digital, só se fizer muito barulho, for bem criativo e/ou vier das bases eleitorais

Eleições na prática

- ▣ Maioria dos políticos tem como objetivo principal (ou único) se perpetuar no poder
 - ▣ Mesmo os poucos que abrem mão disso, não abrem mão de colocar no seu lugar aliados
- ▣ Uma pauta geralmente só é vista como importante se oferecer uma das seguintes coisas:
 - ▣ Oportunidade para ficar bem perante suas bases fazendo algo que elas valorizam e não estavam esperando
 - ▣ Risco de ficar mal perante suas bases deixando de fazer algo que elas valorizam sobre assunto a que estão atentas

Eleições na prática

- ▣ 3 formas de olhar o calendário:
 - ▣ Campanha permanente
 - Toda boa oportunidade de foto ou vídeo é uma oportunidade de campanha
 - Todo material postado passa por um cálculo eleitoral
 - ▣ Ano eleitoral
 - Articulações e acordos começam a ser firmados
 - Times começam a ser montados
 - Espaço para temas sem grande apelo eleitoral cai
 - Espaço para medidas concretas mesmo para temas com grande apelo eleitoral também cai
 - ▣ Trimestre das eleições
 - Voto e nada mais

Eleições na prática

- ▣ Você está pautando o candidato, ou ele está te pautando?
 - ▣ Candidatos vão assinar qualquer carta-compromisso que não vá diretamente contra aquilo que defendem publicamente
 - ▣ Métrica de sucesso é levar o candidato a defender publicamente sua demanda em discurso ou material de campanha
 - ▣ Diálogo no contexto eleitoral pode facilitar conversas pós-eleições - construa relações com equipe de assessores, não apenas com o candidato
 - ▣ Quanto mais cedo você chegar, maiores as chances de você receber atenção de verdade

Outros pontos de atenção

- ▣ É impossível saber quanto tempo demorará para uma política ou projeto de lei ser aprovado
 - ▣ Trabalho de advocacy no executivo e legislativo exige atenção e dedicação constantes - e também muito foco
 - ▣ A qualquer momento uma manobra pode acelerar ou travar uma tramitação
- ▣ Política é ambientes profundamente desigual
 - ▣ Casas legislativas: 85% homens, 76% brancos, R\$3,6mi de patrimônio declarado médio

Outros pontos de atenção

- ▣ Suas roupas podem impedir sua entrada - literalmente ou simbolicamente
- ▣ Muita coisa se resolve em cafés, restaurantes e também em relações afetivas
- ▣ Nem sempre uma mesma pessoa (no seu time ou no governo) será a melhor interlocutora para diferentes situações

Organismos Internacionais



Princípio geral:

A realidade dos organismos é a soma negociada da realidade dos seus países-membro, com frequência pendendo para o mínimo denominador comum dos membros mais poderosos.

Mudanças estruturais ou mesmo mudanças incrementais dificilmente começam em organismos internacionais - elas começam nos países-membro, e se ganharem força num número significativo deles crescem para a esfera internacional.

Só medidas que envolvem sanções econômicas ou militares realmente têm capacidade de forçar mudanças de fora pra dentro em países-membro, com raras exceções - e mesmo essas medidas nem sempre atingem seus objetivos.

Você quer mudar o mundo?

Mude a realidade de países-chave para o tema em que você atua.

Ou se dedique a construir processos internacionais que facilitem e acelerem isso.

Espaços para incidência

- ▣ Organismos Internacionais
 - ▣ Responsáveis pela integração, inter-relação e construção de acordos envolvendo diversos países
 - ▣ São muitos organismos, com arranjos e responsabilidades variadas
 - ONU, OMC, Otan, UE, TPI...
 - ▣ Podem tanto incidir diretamente em políticas-públicas a partir de decisões de seus membros, quanto servir como plataforma para trazer visibilidade a assuntos relevantes



The United Nations System

PRINCIPAL ORGANS

GENERAL ASSEMBLY

SECURITY COUNCIL

ECONOMIC AND SOCIAL COUNCIL

SECRETARIAT

INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE

TRUSTEESHIP COUNCIL⁴

Subsidiary Organs

- Disarmament Commission
- Human Rights Council
- International Law Commission
- Joint Inspection Unit (JIU)
- Main committees
- Standing committees and ad hoc bodies

Funds and Programmes¹

- UNDP** United Nations Development Programme
 - UNCDF** United Nations Capital Development Fund
 - UNV** United Nations Volunteers
- UNEP** United Nations Environment Programme
- UNFPA** United Nations Population Fund
- UN-HABITAT**² United Nations Human Settlements Programme
- UNICEF** United Nations Children's Fund
- WFP** World Food Programme (UN/WFP)

Research and Training

- UNDIR** United Nations Institute for Disarmament Research
- UNITAR** United Nations Institute for Training and Research
- UNSSC** United Nations System Staff College
- UNU** United Nations University

Other Entities

- ITC** International Trade Centre (UN/WTO)
- UNCTAD**^{3,4} United Nations Conference on Trade and Development
- UNHCR**⁵ Office of the United Nations High Commissioner for Refugees
- UNOPS**¹ United Nations Office for Project Services
- UNRWA**¹ United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East
- UN-WOMEN**¹ United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women

Related Organizations

- CTBTO** Preparatory Commission for the Comprehensive Nuclear-Test-Ban Treaty Organization
- IAEA**^{1,2} International Atomic Energy Agency
- ICC** International Criminal Court
- IOM**¹ International Organization for Migration
- ISA** International Seabed Authority
- ITLOS** International Tribunal for the Law of the Sea
- OPCW**¹ Organization for the Prohibition of Chemical Weapons
- WTO**^{1,4} World Trade Organization

Peacebuilding Commission

- HLPF** High-level Political Forum on Sustainable Development

Subsidiary Organs

- Counter-Terrorism Committee
- International Residual Mechanism for Criminal Tribunals
- Military Staff Committee
- Peacekeeping operations and political missions
- Sanctions committees (ad hoc)
- Standing committees and ad hoc bodies

Functional Commissions

- Crime Prevention and Criminal Justice
- Narcotic Drugs
- Population and Development
- Science and Technology for Development
- Social Development
- Statistics
- Status of Women
- United Nations Forum on Forests

Regional Commissions⁶

- ECA** Economic Commission for Africa
- ECE** Economic Commission for Europe
- ECLAC** Economic Commission for Latin America and the Caribbean
- ESCAP** Economic and Social Commission for Asia and the Pacific
- ESOWA** Economic and Social Commission for Western Asia

Other Bodies^{7,8}

- Committee for Development Policy
- Committee of Experts on Public Administration
- Committee on Non-Governmental Organizations
- Permanent Forum on Indigenous Issues
- UNAIDS** Joint United Nations Programme on HIV/AIDS
- UNGEGN** United Nations Group of Experts on Geographical Names
- UNGIGM** Committee of Experts on Global Geospatial Information Management

Departments and Offices⁹

- EOSG** Executive Office of the Secretary-General
- DCO** Development Coordination Office
- DESA** Department of Economic and Social Affairs
- DGACM** Department for General Assembly and Conference Management
- DGC** Department of Global Communications
- DMSPC** Department of Management Strategy, Policy and Compliance
- DOS** Department of Operational Support
- DPO** Department of Peace Operations
- DPPA** Department of Political and Peacebuilding Affairs
- DSS** Department of Safety and Security
- OHCHA** Office for the Coordination of Humanitarian Affairs
- OCT** Office of Counter-Terrorism
- ODA** Office for Disarmament Affairs
- OHCHR** Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights
- OIOS** Office of Internal Oversight Services
- OLA** Office of Legal Affairs
- OOSA** Office for Outer Space Affairs
- OSAA** Office of the Special Adviser on Africa
- SRSG/CAAC** Office of the Special Representative of the Secretary-General for Children and Armed Conflict
- SRSG/SVC** Office of the Special Representative of the Secretary-General on Sexual Violence in Conflict
- SRSG/VAC** Office of the Special Representative of the Secretary-General on Violence Against Children
- UNDRR** United Nations Office for Disaster Risk Reduction

Research and Training

- UNICRI** United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute
- UNIRIS** United Nations Research Institute for Social Development

UNODC¹ United Nations Office on Drugs and Crime

- UNOG** United Nations Office at Geneva
- UN-OHRLS** Office of the High Representative for the Least Developed Countries, Landlocked Developing Countries and Small Island Developing States
- UNON** United Nations Office at Nairobi
- UNOP**² United Nations Office for Partnerships
- UNOV** United Nations Office at Vienna
- UN YOUTH** United Nations Youth Office

Specialized Agencies^{1,5}

- FAO** Food and Agriculture Organization of the United Nations
- ICAO** International Civil Aviation Organization
- IFAD** International Fund for Agricultural Development
- ILO** International Labour Organization
- IMF** International Monetary Fund
- IMO** International Maritime Organization
- ITU** International Telecommunication Union
- UNESCO** United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
- UNIDO** United Nations Industrial Development Organization
- UNWTO** World Tourism Organization
- UPU** Universal Postal Union
- WHO** World Health Organization
- WIPO** World Intellectual Property Organization
- WMO** World Meteorological Organization
- WORLD BANK GROUP**⁷
 - IBRD** International Bank for Reconstruction and Development
 - IDA** International Development Association
 - IFC** International Finance Corporation

Notes:

- Member of the United Nations System Chief Executives Board for Coordination (CEB).
- The United Nations Office for Partnerships is the focal point vis-à-vis the United Nations Foundation, Inc.
- IAEA and OPCW report to the Security Council and the General Assembly (GA).
- WTO has no reporting obligation to the GA, but contributes on an ad hoc basis to GA and Economic and Social Council (ECOSOC) work on, inter alia, finance and development issues.
- Specialized agencies are autonomous organizations whose work is coordinated through ECOSOC (inter-governmental level) and CEB (inter-secretariat level).
- The Trusteeship Council suspended operations on 1 November 1994, as Palau, the last United Nations Trust Territory, became independent on 1 October 1994.
- International Centre for Settlement of Investment Disputes (ICSID) and Multilateral Investment Guarantee Agency (MIGA) are not specialized agencies in accordance with Articles 57 and 63 of the Charter, but are part of the World Bank Group.
- The secretariats of these organs are part of the United Nations Secretariat.
- The Secretariat also includes the following offices: the Ethics Office, United Nations Ombudsman and Mediation Services, and the Office of Administration of Justice.
- For a complete list of ECOSOC Subsidiary Bodies see un.org/ecosoc.

This Chart is a reflection of the functional organization of the United Nations System and for informational purposes only. It does not include all offices or entities of the United Nations System.

List of intergovernmental organizations

[Article](#) [Talk](#)

From Wikipedia, the free encyclopedia

The following is a list of the major existing [intergovernmental organizations](#) (IGOs).

For a more complete listing, see the *Yearbook of International Organizations*,^[1] which includes 25,000 international non-governmental organizations (INGOs), excluding for-profit enterprises, about 5,000 IGOs, and lists dormant and dead organizations as well as those in operation (figures as of the 400th edition, 2012/13). A 2020 academic dataset on international organizations included 561 intergovernmental organizations between 1815 and 2015; more than one-third of those IGOs ended up defunct.^[2]



ASIAN DEVELOPMENT BANK

Premissas do advocacy internacional

- ▣ Amplificador de demandas domésticas
 - ▣ A relevância do internacional depende do nacional, e o impacto do internacional é sentido no nacional

- ▣ Princípios previstos no Art. 4 da Constituição:
 - ▣ Prevalência dos direitos humanos
 - ▣ Solução pacífica dos conflitos
 - ▣ Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade

Premissas do advocacy internacional

- ▣ Tradição brasileira de valorização de organismos internacionais
 - ▣ Alto grau de ratificação de tratados
- ▣ Tema de forte interesse da imprensa
- ▣ Sociedade civil bastante atuante

Papel duplo

- Brasil como alvo: denúncias de violações de direitos e compromissos
- Brasil como player: apoio ou pressão para que país assuma papel de liderança com seus votos e posições

Papel duplo

Internacional

Corte condena Brasil por morte de membro do MST no PR e ação da PM em SP

Rafael Neves e Saulo Pereira Guimarães • Do UOL, em São Paulo

14/03/2024 11h54  Atualizada em 15/03/2024 16h00



O que aconteceu

- O Estado brasileiro foi condenado, 24 anos após a **morte de Antonio Tavares Pereira**, membro do MST, em Campo Largo (PR). O trabalhador sem-terra, à época com 38 anos, participava de um ato pela reforma agrária na BR-277, na região de Curitiba, que foi reprimido pela Polícia Militar. Além da morte de Tavares, a ação deixou 185 feridos, em maio de 2000.
- A Corte Interamericana também condenou o Brasil pela **Operação Castelinho, em março de 2002**. Na ocasião, a PM de São Paulo matou a tiros 12 pessoas que estavam em uma praça do pedágio da Rodovia Senador José Ermírio de Moraes (conhecida como Castelinho), em Sorocaba (SP). As vítimas eram supostos integrantes do PCC.
- As indenizações devem ser pagas pela União, através do orçamento do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Os estados do Paraná e de São Paulo não podem ser responsabilizado pela Corte, já que a União é o ente com personalidade jurídica no âmbito internacional.
- "Brasil normalmente paga indenizações", diz Lucas Lima, professor de direito internacional da UFMG. "Conta muito contra a reputação de um país o não cumprimento, ainda mais quando há vítimas", afirma.

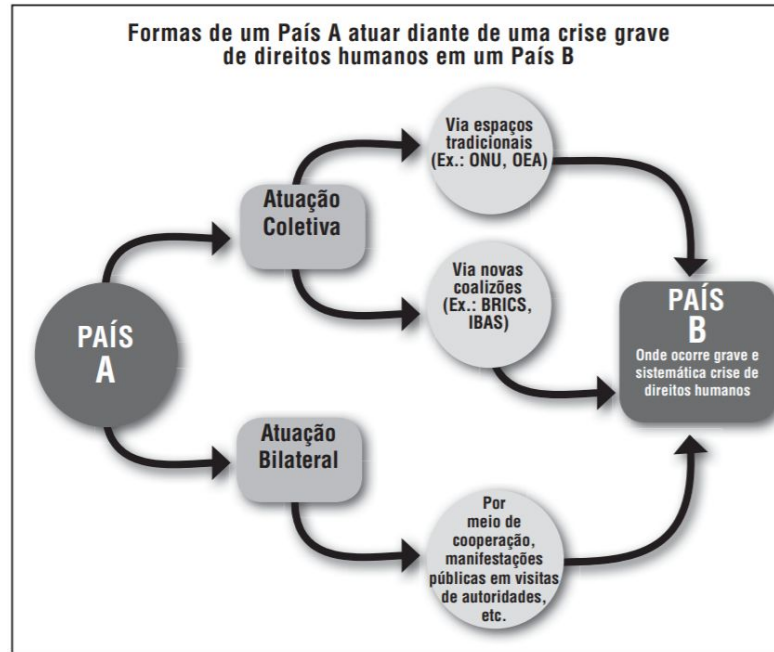
Papel duplo

REPORTAGENS

ONGs propõem meta de redução de 81% das emissões até 2030

Proposta apresentada nesta segunda-feira (7/12) pelo Observatório do Clima para a meta nacional no Acordo de Paris considera limitar as emissões a 400 milhões de toneladas de CO₂e até 2030

Formas de atuação de um país



Este mesmo diagrama também vale para assuntos que não são crises de direitos humanos

Formas de atuação da sociedade civil

- ▣ Informação, pesquisa e denúncia
 - ▣ Exigir transparência ativa do governo com relação a atividades, compromissos, prioridades e cumprimento de acordos
 - ▣ Sistematizar e analisar (de forma individual e de forma agregada) votos e posições
 - ▣ Disseminar informações

Formas de atuação da sociedade civil



Léo Heller participou de encontro com ONGs que criticam gestão da Sabesp e pretendem formalizar denúncia contra o governo Alckmin

Formas de atuação da sociedade civil

- ▣ Mídia e escrutínio público
 - ▣ Pautar e oferecer informações qualificadas a veículos de mídia para ampliar a visibilidade de temas relevantes em debate na esfera internacional
 - ▣ Fazer uso estratégico da mídia em torno de processos internacionais para pressionar o governo

Formas de atuação da sociedade civil



© Yann Arthus-Bertrand / Spectral Q

Formas de atuação da sociedade civil

- ▣ Participação em foros e mecanismos internacionais
 - ▣ Participar de sessões, conferências e outros espaços/eventos
 - ▣ Trabalhar em parceria (formal ou informal) com organismos internacionais

Formas de atuação da sociedade civil

CIDH amplia e intensifica a participação da sociedade civil no cumprimento do seu mandato

9 de fevereiro de 2019

Washington, D.C. – A Comissão Interamericana de Direitos Humanos ampliou e intensificou no transcurso de 2018 a participação da sociedade civil em todas as atividades desenvolvidas, incluindo audiências públicas, consultas, oficinas de capacitação, reuniões bilaterais e multilaterais, dentre outras. A participação da sociedade civil da região é essencial para que a CIDH possa cumprir concretamente o seu mandato de promoção e proteção dos direitos humanos. A CIDH valoriza e agradece às organizações da sociedade civil por sua ativa colaboração.

Um total de 535 organizações da sociedade civil participaram das 106 audiências públicas realizadas nos quatro Períodos de Sessões de 2018, tanto regionais como sobre situações de direitos humanos em 22 países do continente americano. Em todos os períodos de sessões foi realizada uma reunião aberta com a sociedade civil interamericana e a do país anfitrião. Além disso, houve reuniões da Diretoria da CIDH com a coalizão de ONGs que atuam no SIDH no 167º, 168º e 170º Períodos de Sessões. Em cada período, também foram realizadas reuniões de trabalho entre Estado e Sociedade Civil para avançar no sistema de casos, tratando das medidas cautelares, soluções amistosas, casos e seguimento de recomendações. Em 2018, ocorreram aproximadamente 100 reuniões desta natureza durante os períodos de sessões.

A+ A-

Links úteis

Contato de imprensa

Imprensa e Comunicação da
CIDH
Tel: +1 (202) 370-9001
cidh-prensa@oas.org

Mais sobre a CIDH

[Comunicados de Imprensa da
CIDH](#)

[Site da CIDH](#)

[CIDH no Facebook](#)

[CIDH no Twitter](#)

Formas de atuação da sociedade civil

- ▣ Freios e contrapesos
 - ▣ Legislativo: Fomentar o controle da política externa, estimulando papel ativo de parlamentares em diálogo com o poder Executivo e a sociedade civil
 - ▣ Judiciário: Fazer uso de mecanismos legais para questionar posições e ações (ou ausência de ações)
 - ▣ Executivo: Explorar os diferentes papéis e posições de atores que compõem o executivo para levar a posições mais ambiciosas

Formas de atuação da sociedade civil

NOTA CONJUNTA - 12/03/2013

ONGs cobram posição mais firme do Brasil em tratado sobre armas

Em carta enviada a 5 ministérios, organizações listam 3 medidas urgentes para a próxima conferência

Formas de atuação da sociedade civil

**Câmara dos Deputados terá
representantes na COP-27**

Formas de atuação da sociedade civil

- ▣ Redes e parcerias
 - ▣ Construir redes internacionais que fomentem aprendizados e oportunidades
 - ▣ Construir estratégias internacionais de incidência

Formas de atuação da sociedade civil

ECO - NGO NEWSLETTER

COP 27 FALL 2022

SHARM EL SHEIKH, EGYPT

ECO

NO CLIMATE JUSTICE WITHOUT HUMAN RIGHTS

eco@climateactionnetwork.org • www.climateactionnetwork.org/eco-newsletter • November 6, 2022

ECO has been published by Non-Governmental Environmental Groups at most international conferences since the Stockholm Environment Conference in 1972. ECO is produced cooperatively by the Climate Action Network at the UNFCCC meetings in Sharm el Sheikh during the COP 27 meetings.

Editorial: Andres Fuentes

The 30-year Wait for Loss and Damage. It's Time to Deliver.

Dear delegates, do you know this meme? ECO is pretty sure you don't want to be that restaurant.

Meaning that the pledges you made must be implemented and trust rebuilt after all your broken promises.

But guess what? To address Loss and Damage, people have not been waiting for 30 minutes but for over 30 years. It's been that long since the small island states brought the issue of Loss and Damage to the international negotiations. But nations did just enough to be able to say that they would not completely abandon them, some technical assistance here, some dialogue there, but never has the issue been addressed properly.

After 30 years of inaction, this COP on African soil, after witnessing one of the warmest years in one of the most vulnerable regions of the world, it is time to finally deliver on Loss and Damage. COP27 must set up a Loss and Damage Finance Facility to coordinate information on the needs to address Loss and Damage and provide the financing mechanism to address it.

Pay up for loss and damage now. As in any restaurant, someone will have to pay, and ECO recommends innovative finance with a subsequent process to map this out. So far, people have literally paid with their lives for this inaction. ECO knows some delegates like to play games and will say "these are the early stages of negotiations". ECO would like to kindly - no, actually angrily remind you that it has been 30 years already. It is long overdue to change that. It is time to deliver!

Another overdue promise is the delivery of the US\$ 100 billion per year in climate finance. Leaders from rich countries must ensure that this pledge first made in 2009 is finally



delivered upon and that the shortfalls since 2009 are compensated for. Developed countries must also implement their commitment to double adaptation finance by 2025, and then go beyond the doubling, reaching a full 50% share of climate finance going to adaptation. The COP27 decision must not only deliver a milestone on the Glasgow-Sharm el Sheikh Work Programme on the Global Goal on Adaptation, but send a strong political signal that starts with a sober recognition of the glaring adaptation finance gap. ECO is sure that a roadmap specifically for the delivery of adaptation finance, which includes time-bound milestones, will help you to deliver on this promise and build trust. The first step will be to finally fulfill the outstanding adaptation fund pledges. And please stop cooking some rather dubious ingredients into your \$100b delivery, such as loans at market rates.

Yet, to deliver on the Paris Agreement, ECO knows you must think bigger. Ultimately, this struggle is not only about who gets which slice of the cake, but it is about reforming the entire bakery (which includes exchanging some bakers, goodbye World Bank President Malpass).

COP27 must send a strong signal on finance system transformation. ECO applauds the vision of Prime Minister Mia Mottley of Barbados and believes this COP must send really strong signals

not only on fundamental reform of the MDBs but of the wider finance system as well.

Finally, leaders must keep their promise and deliver on limiting global warming to 1.5°C. As the IPCC continually reminds us, halving global emissions by 2030 is not only needed but also doable with the right set of enablers. COP27 outcomes need to reflect this reality. Looking towards the first Global Stocktake, COP27 must call on countries - particularly large and rich emitters - to raise their NDCs, in line with the temperature goal and principle of equity. We need a strong and functional Mitigation Work Programme (MWP) that enshrines equity and enables discussions on sectoral approaches to accelerating decarbonization, lasting until 2030. And do not forget, the more mitigation actions you put in place, the less you'll need to do on adaptation and loss and damage, and vice versa - the less mitigation, the bigger the adaptation and loss and damage burden.

Speaking of the energy transition, it is fossil fuels that get us into this mess. Dependence on oil, gas, and coal drives war, inflation, biodiversity collapse and human rights abuses. The MWP can also be the landing zone for following up on the crucial energy transition decisions from COP26, promoting renewables and cutting fossil fuels. This climate COP is definitely not the place to promote dirty fossil fuels as either a short or a long term solution. And while protecting and restoring nature is important, nature cannot pick up the climate bill created by fossil fuels. This is a COP where countries must acknowledge and act on the IPCC's key finding that an immediate and rapid reduction in fossil fuel-based emissions is a prerequisite for climate-resilient development pathways.

ECO - NGO NEWSLETTER

PAGE 1

SHARM EL SHEIKH, EGYPT

Dúvidas?

Riscos, monitoramento e avaliação

Riscos comuns e como mitigá-los

- ▣ Pontos cegos na elaboração da estratégia
 - ▣ Como mitigar: Construa coletivamente e peça para pessoas de confiança localizadas em lugares diferentes de você revisarem
- ▣ Se iludir com métricas vaidosas
 - ▣ Como mitigar: Defina metas e indicadores diretamente relacionados a mudança de comportamento de atores-chave e ao impacto final desejado

Riscos comuns e como mitigá-los

- ▣ Mudanças no mapa de poder
 - ▣ Como mitigar: Revise com frequência os atores e seus posicionamentos
- ▣ Perda de interlocutor de confiança
 - ▣ Como mitigar: Busque ter diversos interlocutores
- ▣ Presumir que o cronograma e orçamento iniciais estão corretos
 - ▣ Como mitigar: Sempre parta do princípio que levará mais tempo e custará mais caro do que você espera

Riscos comuns e como mitigá-los

- ▣ Não saber a hora de aceitar a derrota
 - ▣ Como mitigar: Leve a sério a auto-crítica e busque a opinião de atores experientes que veem o seu objeto de trabalho por outros pontos de vista

Monitoramento e avaliação

- ▣ Todo plano de advocacy tem como meta(s) construir bases de apoio e/ou mover tomadores de decisão, e para chegar a isso conta com diversas atividades e/ou produtos
- ▣ Importante: diferencie OUTPUT de OUTCOME
 - ▣ Colocar produtos e atividades no mundo é apenas um OUTPUT
 - ▣ Cada produto/atividade ou conjunto de produtos/atividades deve estar atrelado a um OUTCOME, que é uma mudança concreta no mundo real

Monitoramento e avaliação

- ▣ Outcomes desejados podem variar muito de acordo com o objetivo, a estratégia e o contexto, mas exemplos comuns incluem:
 - ▣ Tomadores de decisão mudando de postura com relação à sua proposta/demanda
 - ▣ Participação ativa de pessoas pertencentes a grupos estratégicos em atividades realizadas por você
 - ▣ Conteúdo gerando impacto excepcional em meios de comunicação que influenciam atores-chave e/ou bases de apoio da sua organização
 - ▣ Inviabilização de planos, atividades ou argumentos de opositores em função de algum produto ou atividade desenvolvida por você

Monitoramento e avaliação

- ▣ Conduza atividades de monitoramento e avaliação regularmente, e leve a auto-crítica a sério
 - ▣ É recomendável colocar no calendário momentos para fazer avaliação ou balanço estruturado (ex.: a cada trimestre)
 - ▣ Ao mesmo tempo, se o cenário mudar significativamente antes desses momentos, não espere o balanço para ajustar a rota
 - Mais arte do que ciência: não tenha medo de mudar de rota caso pareça necessário, mas não mude de rota o tempo inteiro

Roteiro para plano de advocacy
[disponível aqui](#)

Obrigado!

pedro.r.telles@gmail.com